

Éric Fottorino (dir.) *Le Français a-t-il perdu sa langue? Regards croisés sur la langue française: évolutions et débats*, Paris: Philippe Rey, 2018, 96 pp. ISBN 978-2-84876-668-3

Reúnem-se, num volume surpreendentemente pequeno para as proporções da discussão em torno das línguas de conhecimento dominantes no século XXI, os testemunhos de linguistas, ensaístas, jornalistas, geopolíticos e geógrafos sobre os sinais vitais da língua francesa. É difícil folhear o livro sem ter em mente o inspirador discurso proferido por Lionel Jospin em 2000, durante o 10.º Congresso da Federação Internacional de Professores de Francês, em que evocava a universalidade da língua de Racine, ao longo dos séculos, e a sua emergência enquanto instrumento de contrapoder:

Le français n'est plus la langue d'un pouvoir : il pourrait être une langue de contre-pouvoir. Certes, pour nous, Français, cette langue a été et reste, par l'Ecole, le ciment de la République et des valeurs qui la fondent. Mais elle a aussi contribué à diffuser ces valeurs dans toute l'Europe. Avec elle a soufflé depuis ce continent jusque au-delà des mers un vent de liberté. Pour prolonger aujourd'hui une telle mission, le français peut devenir une des langues dans lesquelles s'expriment la résistance à l'uniformité du monde, le refus de l'affadissement des identités, l'encouragement de la liberté de chacun de créer et de s'exprimer dans sa propre culture.

Sacudindo o tom nostálgico e pretensioso, o Primeiro-Ministro francês convidava a audiência a repensar a língua e a cultura francófonas à luz dos novos desafios, sublinhando o seu valor simbólico como porta-estandarte da liberdade de expressão e do poder criativo. Ora, essa mensagem parece ter sido bem assimilada e surge de modo mais ou menos latente ao longo de *Le Français a-t-il perdu sa langue?*

Mais recentemente, o suplemento literário do *Le Figaro* (24.05.2018) hasteava a frase-incitação “Vive les langues mortes!”, para saudar a publicação em França de duas obras italianas que faziam a apologia do estudo do grego e do latim, derrogando a inultrapassabilidade do binómio *delectatio /utilitas*. Haverá, decerto, nesta defesa das duas grandes línguas filosóficas do Ocidente a projeção fantasmática do medo sentido por aqueles que conheceram a época de ouro da língua francesa e hoje a veem adquirir colorações mais pálidas.

Desiluda-se, porém, o leitor se espera encontrar muitos prantos de tinta, luto declarado ou complexos de superioridades convincentes entre os 20 depoimentos que compõem o livro que aqui se apresenta.

De interesse muito desigual (alguns deles em conflito direto com o ponto de vista do texto que se segue, o que pode revelar alguma falta de coordenação e de coerência interna), quase todos os testemunhos são unânimes em afirmar que a língua francesa só terá futuro se cuidar do seu presente, banindo erros gramaticais grosseiros, muitos deles veiculados pelas redes sociais e pelos *media*, e comba-

tendo o solipsismo magoado com uma “atitude de abertura e de hospitalidade” (p. 60). É tempo, diz Nancy Huston, de a língua francesa abandonar a pose de “rainha ofendida” (p. 9) para se pôr à escuta do que a rodeia.

Num universo que ameaça tornar-se, em vários planos, unilinguístico, com a lamentável convivência da União Europeia (A. Borer, p. 18), a proposta vai no sentido de fomentar a “biodiversidade do saber” e de combater a ideia segundo a qual longe vão ‘os bons tempos’ em que o francês era a língua da diplomacia e da cultura (Bernard Cerquiglini, p. 13).

Alain Rey, opondo-se a desenhar cenários catastrofistas, crê que o idioma se metamorfoseia, recebe a influência de diferentes línguas e se alimenta de novos campos lexicais (p. 31). Daí que, enquanto lexicógrafo experiente, não sinta a sua língua ameaçada, a menos que aqueles que a utilizam nada façam para travar o depauperamento linguístico iminente. A mesma posição sustenta Robert Solé, que responsabiliza, em primeira instância, os falantes nativos de maltratarem a língua francesa e de já não a conhecerem em profundidade, escamoteando as suas subtilezas e nuances semânticas (p. 43). Impõe-se, no fundo, oferecer resistência àqueles que falsificam as palavras, àqueles que lhes retiram a sua substância e manipulam o discurso (P. Meyer, p. 39).

Antes de declarar guerra aberta aos empréstimos lexicais provindos do inglês ou de negar direito de passagem às gírias (p. 40) importará, segundo Gabrielle Tuloup, professora de francês e autora de poesia *slam*, dessacralizar a literatura francesa e acolher no mínimo com bonomia os milhares de aprendentes vindas de todos os cantos do mundo, porque nessa língua (segunda ou terceira) o poder de derrogar muitas barreiras (p. 37). O apelo vai mesmo no sentido de criar pontes e de refrear comportamentos restritivos.

Vários autores evocam a força da francofonia, que se estende pelos 5 continentes, num “espaço sem fronteiras” (L. Greilsamer), símbolo de luta e de emancipação (Michaëlle Jean, p. 47). Mas nem todos admitem a força da sua língua em contexto académico.

Nos anos 90 do século passado, Michel Serres prestava tributo ao francês (*Éloge de la philosophie en langue française*, Paris: Fayard) incitando o leitor a percorrer alguns painéis da história da filosofia protagonizados por exilados, excluídos e inconformados (p. 13-14). Se o uso da pena marcava o rasgo de inteligência, a ousadia e o avanço científico-filosófico, a escolha da língua francesa para pensar o mundo e fazê-lo avançar revelava, segundo o autor, uma atitude de rebeldia face a poderes instalados, ideologias e meios académicos castradores. Mas de onde extrai a sua força esta filosofia que não mata, mas que arrisca sem medo da morte (p. 26), que inventa o sujeito nu, contingente (p. 32), e que foge deliberadamente da secura da lógica e da técnica? (p. 210). A resposta não se faz esperar: da língua em que é escrita e do estilo usados pelos seus mais ilustres filósofos, verdadeiros “ourives” da *ars scribendi*.

Convenhamos que a “filosofia francesa” enraizada em condições históricas particulares que Serres utilizou para fortalecer a sua posição crítica, não escapa, no entanto, às razões sentimentais e nacionalistas que tal questão suscita. Os seus argumentos poderão ser usados por outros para falar das filosofias em língua alemã, italiana, inglesa.... Exilado, mas de origem italiana, Brunetto Latini (c.1220-1294) contribuiu generosamente para a formação da língua francesa como língua filosófica, apta a transmitir o pensamento ético de Aristóteles. Aí, o sistema pode ser entendido como uma troca, um exercício interlinguístico de que todos colhem frutos ao longo do tempo. Mais: o esforço de tradução de Latini corrói a tese de que só os franceses elevaram a sua língua a um patamar de excelência filosófica e literária.

Talvez por isso, neste século que ainda estamos longe de historiar e de compreender, a ideia de hospitalidade proposta no volume editado por Éric Fottorino seja mais salutar do que o ardiloso e erudito elogio das filosofias nacionais.

Marisa das Neves Henriques

Centro de Literatura Portuguesa

Email: marisaneves.henriques@gmail.com

DOI: [https://doi.org/10.14195/0872-0851\\_54\\_14](https://doi.org/10.14195/0872-0851_54_14)

Paul Ricoeur, *Philosophie, éthique et politique. Entretiens et dialogues*, Paris: Seuil, 2017, 222 pp. ISBN 9 782021 353327.

Organizado e apresentado por Catherine Goldenstein e com um prefácio de M. Føssel, o livro de P. Ricoeur que recenseamos, neste número da revista, é póstumo e constituído por um conjunto de textos do filósofo, de difícil acesso e quase todos publicados na página online do *Fonds Ricoeur*, na rubrica *Articles et textes en ligne*. Estes escritos encontram-se, na sua maioria, já traduzidos em português, na página da Unidade de Investigação IEF ([http://www.uc.pt/fluc/uidief/publicacoes\\_online](http://www.uc.pt/fluc/uidief/publicacoes_online)), uma iniciativa do grupo de investigação *A racionalidade hermenêutica* da então Unidade de Investigação Linguagem, Interpretação e Filosofia. A referida tradução foi autorizada pela direção do Fonds Ricoeur.

A obra em epígrafe é constituída por doze diálogos e entrevistas, realizados entre 1981 e 2003 que correspondem, como nos diz M. Føssel, ao período de maturidade da filosofia de Ricoeur e a uma fase em que o filósofo faz de novo ouvir a sua voz em França, como intelectual implicado e interessado nos problemas éticos e políticos da democracia e da cidade. Dada a relevância dos textos, optámos por comentá-los um a um, em ordem a despertar a curiosidade e o desejo de leitura da referida obra.

Ricoeur revela, logo no primeiro texto incluído nesta obra, o seu ponto de partida antropológico sobre a política recordando Aristóteles que, nos livros III e